

INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	FSP (opiniões)
Data	5/8/2001, Pg. 13
Class.	108

O Brasil quer falar

LUIZ EDUARDO GREENHALG

"Não retireis da pira os restos dos ossos de um morto para lhe dar segundos funerais, a menos que tenha morrido na guerra ou em país estrangeiro." (Tábua 10ª, Direito Sacro)

REPORTAGENS publicadas por esta Folha ao longo da última semana revelando ações do Exército brasileiro no sul do Pará, 27 anos após o fim da guerrilha do Araguaia, causaram surpresa a muita gente.

Passado tanto tempo, por que o Exército continuaria a fazer "agrados" a exguas que, por bem ou por mal, colaboraram na perseguição a guerrilheiros? Por que aquela região ainda abriga bases militares tais como no tempo do conflito, que aconteceu entre os anos 1972 e 1975? Por que, afinal, as instituições militares brasileiras não abrem de vez os seus arquivos, com máculas ou não, e revelam a verdade sobre os acontecimentos que provocaram a morte de tantos, o desaparecimento de centenas e o exílio e a prisão de milhares de brasileiros durante a ditadura militar? A quem interessa esse manto de silêncio e de repressão sobre a nossa história?

Sou advogado dos familiares dos desaparecidos na guerrilha do Araguaia, em ação contra a União desde 1982. Já em 1978, porém, buscava, no Estado, informações sobre o paradeiro de militantes do PC do B. Sempre recebendo como resposta: "Não sabemos do que se trata. Guerrilha? Onde?" Logo depois, a ironia: "Se eram militantes, então pergunte ao PC do B onde eles estão".

Naquela época, eu estava em busca do paradeiro de dois companheiros militantes da ALN (Ação Libertadora Nacional), Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz, assassinados e enterados em uma fazenda em Rio Verde (GO) —desenterrados providencialmente por forças ocultas; ocultas, mas que deixaram rastros.

Foi quando recebi de um militar fotografias de episódios da guerrilha do Araguaia. Elas retratavam soldados com os chamados "paulistinhas", sacos listrados nos quais eram colocados os guerrilheiros mortos. A União continuou negando a existência do conflito e até mesmo a existência daquelas pessoas procuradas. Posteriormente recebi, das mãos do jornalista e advogado Paulo Fontelles —assassinado no Pará em 1985—, uma lata grande, de leite Ni-

nho, cheia de documentos originais dos militantes desaparecidos. Havia sido encontrada, sob a terra, por um camponês em Marabá, no Pará.

O processo da guerrilha ainda tramita na Justiça Federal, sem sentença. Os parentes procurados pelos autores são mortos sem sepultura; os autores são vivos sem justiça. Falta-lhes, além do Estado, o Poder Judiciário.

Apesar dos horrores feitos em nome da segurança nacional, as Forças Armadas continuam a pensar como na ditadura

Em março deste ano, um coronel-aviador da reserva, Pedro Corrêa Cabral, que serviu como piloto no Araguaia, voltou a denunciar o extermínio de prisioneiros da guerrilha, como fez em 1993, logo após publicar um livro baseado em fatos reais, chamado "Xambioá". Solicitei seu depoimento à Câmara, da mesma forma que convidei, por três vezes, em vão, o alvo de suas denúncias: o atual prefeito de Curionópolis (PA), Sebastião Curió.

Em seu depoimento, o coronel disse que o então agente do Centro de Inteligência do Exército Sebastião de Moura, codinome "doutor Lucchini", chefe da Patrulha Curió, na guerrilha do Araguaia, retirava prisioneiros da base militar para levá-los à mata, com o objetivo de localizar depósitos de alimentos ou remédios. E retornava sem os presos.

Contou que ficou perplexo, no início de sua estada na região, quando soube de assassinato e de desaparecimento de prisioneiros. E esse Curió ainda é hoje protegido pelas autoridades.

O coronel participou também da "operação limpeza". Segundo suas próprias informações, a operação consistia em desenterrar corpos para levá-los à serra das Andorinhas e queimá-los. Comprometeu-se a seguir para o Araguaia com o grupo de trabalho da CDH (Comissão de Direitos Humanos) para localizar os pontos da operação macabra. Se ele viver, ainda o fará, em breve.

Ouvimos também o depoimento do

vereador Paulo Fontelles Filho, atual presidente da CDH da Câmara de Belém, que, em 1996, recolheu informações sobre a guerrilha na região. Ele recebeu fotos de prisioneiros em poder de militares e parte de uma ossada recolhida por um camponês. Na ocasião, comunicou à Comissão Especial do Ministério da Justiça, em vão. Em seu depoimento ao grupo de trabalho, Fontelles Filho revelou mais uma fotografia: um prisioneiro agachado e um militar às suas costas, com um garoto, talvez um guia.

O guerrilheiro "desaparecido" pode vir a ser identificado como Daniel Ribeiro Callado, o Doca, na foto, com 34 anos. O militar, sargento Santa Cruz, que comandou um campo de concentração chamado Bacaba.

Braço direito de Curió, Santa Cruz entrou em conflito com ele por causa de terras. Em Bacaba, como em outros pontos de prisão, a memória local guarda o terror e a ojeriza por tanta maldade. Maldade que se perpetua na disputa por poder regional e por prêmios recebidos pelo sumiço de compatriotas.

Agora o Ministério Público Federal conseguiu localizar uma repartição do Exército que funcionava em uma casa descaracterizada. Munidos de ordem judicial, apreenderam documentos e um cofre. Os documentos apreendidos revelam que, apesar dos horrores praticados em nome da segurança nacional, as Forças Armadas continuam a pensar exatamente como na ditadura militar.

Queremos dar tómulos aos brasileiros que morreram no Araguaia, da mesma forma que queremos colocá-los oficialmente em nossa história, queiram ou não alguns saudosistas da ditadura, que dizem representar o pensamento das nossas Forças Armadas.

O momento é agora. Francamente, já é hora de sabermos a verdade. Toda a verdade. E nada aquém da verdade.

O Brasil e aquela região têm o direito de viver a sua vida. E dessa vida já faz parte a memória dos "paulistas" do Araguaia. O Estado, que já assumiu parcialmente o "desaparecimento" de compatriotas durante o regime militar, tem o dever de nos retirar da ignorância sobre aqueles fatos.

Luiz Eduardo Greenhalg, 53, advogado, é deputado federal (PT-SP). Foi vice-prefeito da cidade de São Paulo (1989-1992).